



Pentecostalismo nos trens de São Paulo

Pentecostalism in São Paulo's trains

Fernanda Lemos*

Resumo

Este artigo é uma tentativa de analisar sociologicamente o processo de institucionalização pelo qual vem passando a 'Cruzada Evangélica Interdenominacional nos Trens das Boas Novas' (CEI), na prática diária dos cultos pentecostais realizados nos vagões de trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do Estado de São Paulo (CPTM). Nossa hipótese é que o culto no trem vem passando por um processo de burocratização das funções religiosas diárias, o que pode ser observado desde sua origem, em seu desenvolvimento, na sua organização e até em seus mecanismos de resistência. Nosso objetivo principal será demonstrar que o lugar onde os cultos são realizados não impede o processo de institucionalização do movimento, uma vez que as representações religiosas, os costumes e as práticas pentecostais dos sujeitos religiosos garantem a continuidade desse grupo e sua manutenção. Como metodologia utilizou-se, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, através da aplicação de questionários e realização de entrevistas, considerando seus aspectos quantitativos e qualitativos contemplados pelas Ciências Sociais, pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UMESP) em 30 de novembro de 2006.

Palavras-chave: Religião; Modernidade; Pentecostalismo.

Abstract

This article is an attempt to sociologically analyze the institutionalization process by which has been going through 'Cruzada Evangélica Interdenominacional' on "Trens das Boas Novas" (Good News Trains) – CEI, in the daily practice of pentecostal services performed in the train wagons of the 'Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do Estado de São Paulo' - CPTM. Our suspicion is that the service of the train has been undergoing a process of bureaucratization of daily religious functions, which can be seen from its origin, in its development, in its organization and even in their resistance mechanisms. Our main goal will be to show that the place where the services are performed does not prevent the institutionalization of the movement, since the religious representations, the customs and practices of pentecostal religious subjects ensure the continuity of this groups and its maintenance. As methodology was used, in addition to library research, field research through questionnaires and interviews, taking into account their quantitative and qualitative aspects covered by the Social Sciences, research approved by the Research Ethics Committee - CEP-UMESP on November 30, 2006.

Keywords: Religion; Modernity; Pentecostalism.

Artigo recebido em 16 de agosto de 2011 e aprovado em 06 de outubro de 2011.

* Doutora e mestre em Ciências das Religiões e graduada em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. País de origem: Brasil. E-mail: fernandaufpb@yahoo.com.br

Introdução

Nosso interesse pelo tema do pentecostalismo surgiu pela experiência diária e constante com indivíduos, homens e mulheres, que se identificavam, antes de qualquer outra declaração religiosa, como pentecostais. O que pode indicar que o condicionamento ético da religião sobre o cotidiano é um dos fatores mais significativos da influência dessa religiosidade sobre os sujeitos.

Maria das Dores Campos Machado (2007, p. 15) observa que “os integrantes dos grupos pentecostais são os brasileiros que mais expressam a tendência de adotar o ethos confessional no dia a dia.” Ou seja, os grupos pentecostais parecem influenciar muito mais na subjetividade e no comportamento de seus fiéis do que as demais expressões religiosas.

Especificamente nesta pesquisa, não queremos encerrar o que chamamos de pentecostalismo em instituições religiosas específicas, nem adentrar as variadas discussões sobre o enquadramento conceitual do que se constitui pentecostal ou neopentecostal. Partimos do pressuposto da declaração do sujeito enquanto pentecostal, independentemente de sua filiação institucional. Nossa preocupação principal não será observar o pentecostalismo em suas mais variadas formas de expressão e denominação, mas analisar qual a influência da ética pentecostal sobre os sujeitos integrantes da Cruzada Evangélica Interdenominacional (CEI) na prática diária do trabalho religioso nos trens de São Paulo.

Por mais que as previsões modernistas ditassem a superação da religião no âmbito social, o fato é que elas não se concretizaram, dada à força estrutural e simbólica que a religião exerce sobre os sujeitos e a sociedade. Num contexto social como o da realidade brasileira (considerada secular) a influência da religião é inerente à sua própria constituição e história, resultando numa miscelânea, que explica a individualidade religiosa dos sujeitos na modernidade. A relação entre religião e modernidade é perfeitamente observável neste contexto social, o que enquadra essa experiência numa dinâmica singular, pois ao mesmo tempo em que se dá num ambiente de pluralismo religioso, o individualismo se apresenta.

A propósito da experiência religiosa na modernidade¹, observamos um fenômeno com características peculiares ao período contemporâneo, cuja dinâmica e história

¹ Sobre a questão da modernidade e sua influência social, ver: GIDDENS, 1991 e 2002; BAUMAN, 1998, 1999 e 2001.

tornaram-se parte fundamental na discussão deste artigo, um movimento religioso denominado ‘Cruzada Evangelística Interdenominacional nos Trens das Boas Novas’². Trata-se de um grupo com característica pentecostal que atua desde 1980 realizando cultos diários no 4º vagão dos trens da ‘Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do Estado de São Paulo’³. Esse culto tem a participação de aproximadamente 300 homens e mulheres que, a caminho do trabalho secular, durante o período de viagem, realizam um culto pentecostal⁴.

Apesar de atuarem cotidianamente no trabalho religioso da CEI, os sujeitos integrantes do movimento pertencem a instituições religiosas tradicionais⁵. O trabalho religioso na igreja da qual se declaram membros se dá concomitantemente ao realizado nos trens, o que nos faz caracterizá-los no movimento enquanto associados e/ou integrantes. A fixidade do lugar de culto nos trens, a reunião diária com os mesmos integrantes, a característica pentecostal, dentre outros, demonstram características de institucionalização do movimento, que atua nos trens há 30 anos e não se deixou cooptar por nenhuma instituição religiosa tradicional, apesar da considerável presença de associados membros das Assembléias de Deus.

O culto realizado pela CEI é um movimento evangélico organizado e que há três décadas se estabelece no espaço urbano dos trens, daí a importância da realização de uma análise social e antropológica da organização dos sujeitos em torno desse grupo social considerado clandestino, pelo espaço em que realiza a atividade religiosa. Nesse contexto, a CEI parece apresentar-se numa dinâmica muito peculiar no que se refere ao campo religioso, apesar de seu possível processo de institucionalização parecer não se enquadrar na categoria de igreja e muito menos de movimento de contestação à religiosidade

² A partir de agora identificaremos a ‘Cruzada Evangelística Interdenominacional nos Trens das Boas Novas’ pela sigla CEI.

³ A partir de agora identificaremos a ‘Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do Estado de São Paulo’ pela sigla CPTM.

⁴ Os cultos acontecem pela manhã e pela noite, condicionados à ida e à volta do trabalho secular dos sujeitos. Os cultos iniciam pela manhã às 5h até às 8h (com intervalos de vinte minutos aproximadamente), repetindo-se os mesmos horários no período noturno (17h às 20h). A duração do culto está condicionada ao período de viagem, que dura aproximadamente 1h e 30m.

⁵ As instituições tradicionais a que nos referimos são aquelas que seguem o modelo convencional de estruturação da organização religiosa: com templos sagrados, funcionários instituídos para o serviço religioso, com cadastro e controle dos membros efetivos, arrecadação de valores para manutenção da organização religiosa, entre outros. Sobre o processo de burocratização da organização religiosa cf., nas referências, Weber, 1999a e 1999b.

tradicional, primeiro porque não pretende legitimar-se enquanto instituição religiosa tradicional e segundo porque mantém a mesma lógica de organização do movimento pentecostal. Mesmo se tratando de um movimento organizado, a motivação individual dos sujeitos parece contribuir de forma singular na criação, evolução e organização do grupo.

Um dos problemas levantados neste artigo no que se refere ao processo de organização do movimento é: se há um processo instalado de institucionalização, em qual categoria social do campo religioso podemos enquadrar a CEI? É o que buscaremos responder a partir da análise social e antropológica do processo de organização e possível institucionalização do movimento, que apesar de se caracterizar como moderno e autônomo, apresenta características marcantes de uma religiosidade tradicional e coletiva. A tarefa de nomeação e classificação da CEI no campo religioso deve ser considerada pelo fato de se tratar de uma primeira análise desse movimento religioso contemporâneo no contexto das ciências da religião, mesmo porque contribuirá para a compreensão do processo de institucionalização do movimento.

1 A organização social do movimento religioso⁶

A CEI tem sua origem relatada por um de seus fundadores Daniel Barros⁷, que na estrutura discursiva de sua entrevista dá alguns indícios de organização e estruturação do movimento desde sua origem. Afirma, entre outras coisas, que a organização do culto tinha sérias preocupações com as vestimentas de seus associados e dirigentes.

Pesquisadora: E como começou, Daniel? Fale desde o começo...

Daniel: Aí, quando eu cheguei dentro do trem aí, né, andando...

Pesquisadora: Porque você trabalhava?

⁶ Para compressão da dinâmica do grupo, realizamos oito entrevistas semi-estruturadas e aplicamos 50 questionários no período de 2007 a 2010. A seleção da entrevista de Daniel se deu pelo caráter classificatório objetivado neste artigo, principalmente pelo fato de o sujeito ser um dos fundadores do movimento.

⁷ Daniel é um homem de 51 anos, casado, e pai de três filhos, natural do estado do Paraná, cursou até a quarta série primária e ganha em média dois salários mínimos. É um dos fundadores da CEI e membro da Assembléia de Deus. Autorizou tanto a divulgação de suas imagens quanto a reprodução integral de sua entrevista.

Daniel: Trabalhava. Aí, sabia que tinha de tudo ali, né. Só não tinha... muita bagunça, aquele tempo, aqueles trem véio, tudo... Falei: “Ói, queria ... só tá precisando a palavra de Deus”.

Pesquisadora: Você era de qual Igreja?

Daniel: Assembléia de Deus. Aí, o rapaz falou: “Ói, Daniel, vamo tentá?”, eu falei: “É, se você começar, depois eu vô tamém, né”. Porque cê fica meio cismado, alguém achar ruim, brigar, e tal... Aí, nós começamos, trocando os horários e trocando os dias. Aí, o pessoal já começou a ficá assim... Uns xingava , outros não, uns gostavam. E vai indo, e vai indo e vai indo. Final de seis mês, cê já via resultado. Cê já tinha um vagão dos irmãos, né.

Pesquisadora: Já era o quatro?

Daniel: Já era quatro. Aí, os irmãos sempre... procurava lá. E nos ajudando. E cresceu muito... como até hoje tá bom, né. Tem uns quatro, cinco horário lá, que hoje, mesmo os guarda prendendo a gente... Mas a gente ainda faz, né. São pessoas de fibra; eu acho que é tipo de uma figueira, sabe. Tá balançando a figueira, pra vê quem fica ou não fica. Até nas Igreja, hoje em dia, né, tá assim. Se você não for crente, cê não vai ficá na igreja, cê não vai morá no céu. Porque as coisa, hoje, são difícil, né? Fica difícil...

Pesquisadora: Vocês começaram em quantas pessoas?

Daniel: Dois. Só em dois. Eu e mais Geraldo só, o irmão.

Pesquisadora: E naquele tempo tinha muita mulher? A mulher não trabalhava fora?

Daniel: É, mas tinha, sempre... toda vida teve duas, três irmãs, assim. Todo trabalho tinha. Era uns trabalho muito bom com as irmãs e tudo.

Pesquisadora: Mas elas nunca pregavam?

Daniel: Pregava.

Pesquisadora: No começo do movimento?

Daniel: Não, no começo, elas cantava hino. A gente punhava elas pra cantá hino. Pra pregá não, acho que pra canta hino a mulher ... Era boa as irmã na Igreja, viu... no trem. Aí, nós colocava lá. E... cantava, às vezes, elas cantava dois, três hino, né? Às vezes, cantava o da Harpa. Ficou uma bênção mesmo.

Pesquisadora: Então, desde o começo a Harpa Cristã é utilizada para os cânticos?

Daniel: A Harpa cristã. E... os irmão cantava o hino avulso dela. Quem tinha, cantava o hino avulso.

Pesquisadora: Quando vocês começaram alguma igreja controlava o movimento? Ou já era independente?

Daniel: Não, cada um tinha sua Igreja... Os irmãos, como diz, né, os irmãos são voluntário, mas o trabalho do Senhor não é voluntário, porque tem um dono, que é de Deus, né? E... nós arrumava

uma equipe, fazia nossas reunião, eu dava estudo pros irmãos, como devia pregar no trem, como não devia; o jeito de pregar...

Pesquisadora: E a roupa?

Daniel: A roupa já não influía muito; mas de preferência social, né?

Pesquisadora: Você falou que não aceitava que pregassem no trem com vestimentas sem manga...

Daniel: Ah, sim, mas manga... É uma coisa que é o seguinte: calça jeans podia, né? Eu não queria de camiseta, chapéu... aí, não dá. Até hoje, tem um lá que eu já falei pra ele: “Se eu te ver desse jeito trabalhar, cê não vai pregar. A não ser que você tirar o chapéu”, né, vai pregar de chapéu? Não tem jeito.⁸

A entrevista de Daniel, um dos fundadores do movimento, destaca a estruturação do grupo em seus começos, quando o grupo principia sua estruturação em torno do culto e da pregação nos trens. Como já era membro da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus, observou, a caminho de seu trabalho na região central de São Paulo, que o ambiente do trem era muito conturbado, por isso era necessário discursar sobre as coisas sagradas naquele ambiente caótico e, em conversa com seus companheiros de viagem, que também eram pentecostais, houve concordância e assim inicia-se timidamente o trabalho no quarto vagão. Após alguns meses o grupo encontrou simpatizantes que também se agregaram ao movimento, primeiro por serem evangélicos e segundo por utilizarem o trem para ida e volta ao lugar de trabalho. Já nesse processo original observamos alguns elementos da tradição pentecostal:

- a) A bíblia como regra de vida e o evangelismo como missão profética. Daniel afirma observar nos trens a necessidade que as pessoas tinham de conhecer Deus e, por isso, começou a pregar, tanto que o texto bíblico (‘da figueira’) é utilizado para enquadrar a realidade social daqueles que não se fixam à tradição e, por isso, podem perder a honra de ‘morar no céu com Deus’;
- b) A mulher como auxiliadora. No espaço público do trem, as mulheres auxiliavam desde o início com cânticos, porém a pregação era uma função exclusivamente masculina, apesar

⁸ Mantivemos a fidelidade das construções discursivas da entrevista, tanto da pesquisadora quanto do sujeito, com o objetivo de compreender parte da construção socioantropológica da estrutura do imaginário social.

da presença delas no início da CEI como fundadoras também. Fato comumente observado em igrejas de tradição pentecostal até os dias atuais;

- c) Os costumes pentecostais. Desde o início também estão presentes os instrumentos de cântico oficial do movimento pentecostal como a ‘Harpa Cristã’, além da preocupação com a salvação e a morada com Deus. As vestimentas sociais e que cobrem grande parte do corpo, também surge como um fator determinante para a participação e pregação nos trens;
- d) O pertencimento a uma igreja. Mesmo com o objetivo inicialmente prosélito de evangelização nos trens, seus membros eram pertencentes a tradições religiosas, o que favorecia a identidade pentecostal dessa religiosidade móvel e, quando da conversão de novos adeptos ao movimento, eram aconselhados a procurar uma igreja;
- e) O trabalho religioso voluntário. Desde o início há o reconhecimento por parte de seus membros que a CEI é de característica voluntária, não há pagamento e nem recolhimento de dízimo e não é uma instituição vinculada a nenhuma igreja pentecostal específica, ‘(...) porque tem um dono, que é de Deus, né?’, apesar de sua caracterização pentecostal.

Ao recordar-se das diferentes matizes do pentecostalismo e suas infundas dissidências, Mendonça (2008, p. 146) observa que,

A grande moldura do sistema de crenças pentecostal é a dicotomia entre o Bem e o Mal em que se divide o mundo. De um lado, Deus procura manter a ordem do mundo e, de outro Satanás e suas hostes do mal esforçam-se, por todos os meios, para sustentar e, se possível, aumentar a desordem do mundo. Quem tem o poder de descolar o fiel da balança é o homem; se for justo, favorecerá o Bem, se for pecador, colaborará com o Mal. No pentecostalismo, ao contrário do cristianismo em geral, Bem e Mal não são entidades puramente metafísicas, mas seres bem objetivos nos indivíduos e nas coisas, mas que, no conjunto, configuram a ordem do mundo. Como os homens, em seu todo, são mais pecadores que justos, o mundo todo é mau. O mundo – a sociedade – está doente por causa do pecado, mas isso não importa muito, porque o fim do mundo está próximo e o milênio porá tudo no lugar, recuperando a ordem anterior a Satanás e o pecado.

A relação entre os indivíduos que iniciam o movimento de pregação nos trens era de amizade, pelo fato de cotidianamente utilizarem o quarto vagão do trem para ida e retorno do trabalho secular, mas parece que outra característica sobressaía à qualidade de

trabalhador desses indivíduos: a identidade pentecostal, que estava conformada pelo imaginário daquilo que Mendonça classifica como “a moldura do sistema de crenças pentecostal”. Esse sistema de crenças, que divide o mundo entre bem e mal, é concebido na realidade prática desses sujeitos religiosos. O ser humano está tão corrompido pelo pecado de pessoas destinadas ao espaço concreto que se constituirá no inferno, que os pentecostais – pelo evangelismo – tentam resgatar o maior número de pecadores desse mundo caótico, instável e governado por Satanás. Nesse sentido, uma forma prática de se diferenciar dos pecadores na sociedade é a adesão a uma nova forma de comportar-se socialmente: vestimentas que cubram o corpo, falar publicamente sobre os escritos bíblicos, relatar as experiências caóticas de quando não eram evangélicos. E há uma concorrência evangelística para quem conseguir ‘converter’ mais adeptos ao evangelho, porque haverá uma recompensa e um *status* diferenciado no fim e instauração do novo mundo para quem agregar mais adeptos ao reino de Deus aqui na terra.

Esse sistema de crenças, observado por Mendonça, pode ser constatado na entrevista realizada com Daniel (transcrita acima), que inicia o movimento com o interesse de trazer as ‘Boas Novas’ no espaço conturbado e caótico com que se depara nos trens. Desde suas origens é impresso no movimento o imaginário religioso do pentecostalismo. Seus adeptos, além de trabalhadores, vêem no espaço secular do trem a oportunidade de fazerem o trabalho religioso, o que pode contabilizar inúmeros benefícios futuros na ‘morada do céu’. Nesse sentido, todo o sofrimento enfrentado neste mundo é sublimado pelo trabalho de pregação nos trens. Esses homens e mulheres compreendem-se a si mesmos como profetas escolhidos por Deus no século XXI para trazer as ‘Boas Novas’ num mundo cheio de pecadores, dominado por Satanás.

Além dos costumes, da tradição e do imaginário pentecostal, desde as origens do movimento, observamos que seus fundadores instituíram regras sobre a forma como deveria ou não ser a pregação nos trens, com objetivo de não causar estranheza nos ouvintes que nem sempre eram simpatizantes do grupo. Se por um lado havia o zelo pelos costumes e pela ética pentecostal, por outro já havia a preocupação de como se comportar num espaço secular e de grande circulação de pessoas, conforme podemos observar no ‘termo de responsabilidade’ que os sujeitos assinavam ao ingressarem no movimento como voluntários. Dentre outras coisas, o que nos chama atenção nesse ‘termo de

responsabilidade dos irmãos voluntários’ e que denominamos para efeitos metodológicos de nossa pesquisa como ‘ficha de membro’, é o voluntariado – a título de isentar a CEI de qualquer ônus com o trabalho religioso. Destaca-se também a proibição de divulgação de qualquer denominação religiosa nos trens, uma vez que os voluntários pertencem a diferentes instituições religiosas.

A ‘ficha de membro’ era mais que um cadastro dos irmãos voluntários; caracterizava-se pela aceitação de fundamentos do movimento para a participação nele. Além da voluntariedade do trabalho religioso e o ato proibitivo da divulgação denominacional de qualquer ministério, os sujeitos que ingressavam na CEI aceitavam a organização e a regulamentação aprovada em assembléia geral, obedecendo a uma diretoria e um grupo de obreiros. Todos os irmãos voluntários, segundo o ‘termo de responsabilidade’, obrigavam-se também a utilizar e carregar no trem tanto a Bíblia como a Harpa Cristã. Qualquer transgressão seria punida com a retirada da carteirinha que os credenciava como integrante da CEI e garantia ao seu portador: “*É assegurado por Lei, ao portador desta, pregar o evangelho em qualquer departamento público, tais como: Praças, Trens, Metrô, Hospitais, Penitenciárias etc*”.

Com a nova administração, a partir de 2002, novas regras foram instituídas. Elaborou-se uma ‘cartilha de comportamento’ com o objetivo de instruir os integrantes da CEI acerca de como deveria se dar o comportamento dentro de locais públicos, como no caso dos trens. Nessa cartilha, reforçou-se a cautela na divulgação denominacional das igrejas de onde cada integrante é membro, preservando o direito da liberdade religiosa e a utilização efetiva da Bíblia como instrumento legítimo do discurso religioso – ‘a Bíblia é Lei’. Outra orientação sobre o comportamento dos evangélicos nos trens sugere que seus integrantes orem, preguem e louvem em tom baixo, respeitando o local público em que se encontram, mesmo que a ordem do culto pentecostal, dentro das igrejas tradicionais, exalte o som alto nas orações, cânticos e pregações.

Na verdade, essas novas reformulações, tanto da Cartilha quanto do novo Estatuto, representam uma regulação necessária em decorrência dos conflitos experienciados entre a CEI e a CPTM. O que Mendonça (2008) nomeia de ‘pentecostalismo educado’ foi um instrumento necessário à continuidade dos cultos no ambiente urbano dos trens. Por mais

que a identidade pentecostal seja determinante na ética religiosa desse grupo, ‘a domesticação do espírito’ constituiu-se em necessidade de sobrevivência do movimento, fator que tem contribuído para o processo burocrático de institucionalização do movimento.

Juntamente com a cartilha, um novo estatuto foi elaborado. Dentre as alterações mais significativas do movimento encontramos a mudança de um dos elementos do nome: antes denominado ‘Cruzada *Evangélica* Interdenominacional nos Trens das Boas Novas’, passou a denominar-se ‘Cruzada *Evangelística* Interdenominacional nos Trens das Boas Novas’. O estatuto está acompanhado do registro na prefeitura de São Paulo no Cadastro de Contribuinte Municipal (CCM) e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF). Acrescenta-se também a este estatuto, além da cidade de São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro, que também vem realizando cultos nos trens. A estratégia de incorporação da cidade do Rio de Janeiro tem como objetivo dar maior visibilidade e legitimidade ao movimento, dada a clandestinidade com que vem sendo tratado o culto no ambiente do trem. Dentre os principais aspectos do estatuto destacam-se: 1) o ideal evangelístico nos trens por meio de manifestações pacíficas; 2) a organização do local e horários dos cultos; 3) a capacitação dos missionários por meio de cursos de reciclagem; 4) a participação dos associados em reuniões religiosas e festas fora do ambiente do trem, bem como o trabalho beneficente aos necessitados, como doação de cestas básicas.

Os aspectos de organização e estruturação do movimento podem ser observados desde seu início. A instituição das primeiras regras de conduta, os comprovantes de pagamento de taxas à prefeitura e a atualização dos termos de conduta dos membros, bem como a reformulação do estatuto demonstram a capacidade organizacional de um grupo religioso aparentemente disperso, individual e móvel. Esses aspectos diferem a CEI dos pregadores autônomos e solitários que percorrem as regiões urbanas das grandes cidades e seus grandes espaços de circulação. A CEI se estruturou por meio de seus associados num espaço de difícil organização e integralização. A busca de seus fundadores e mantenedores por um reconhecimento organizacional é observado desde o início do movimento quando houve a publicação dessa atividade religiosa no Diário Oficial do Estado.

O processo de institucionalização pelo qual vem passando a CEI nesses trinta anos de atuação nos faz questionar sobre os motivos pelos quais um movimento autônomo, no que se refere às instituições religiosas tradicionais, tenta se legitimar perante o Estado num

espaço secular de grande circulação de pessoas. Seria a institucionalização do proselitismo? Ou então a implementação do religioso no espaço secular? Sem dúvida a caracterização da CEI e seu processo de organização são diferentes da estrutura observada em igrejas pentecostais tradicionais, o que traz para a realidade desse movimento uma singularidade tanto na estrutura organizacional quanto no lugar sagrado em que está inserido. Segundo eles, o principal objetivo da CEI “*é evangelizar, auxiliando o necessitado a encontrar, diariamente, a sua paz por meio da palavra de Deus*” e, para isso, seus associados cumprem regras e normas de conduta supervisionadas e controladas por líderes responsáveis por essa tarefa diária.

2 Uma ‘igreja em movimento’ ou ‘um movimento pentecostal’?

O que diferencia um movimento de uma igreja tradicionalmente instituída vai além da fixação do lugar religioso. A organização e a estrutura burocrática de determinado grupo podem diferenciá-lo no campo religioso e até classificá-lo. Antonio Gouvêa Mendonça, em “Protestantes, Pentecostais & Ecumênicos”, afirma que

algumas distinções ajudam a entender a atividade no interior do campo religioso. [...] Entende-se por igreja uma comunidade local, regional ou nacional, com um mínimo de estabilidade, com certa liderança burocrática razoavelmente estabelecida e com corpo de doutrinas mais ou menos delineado, situado acima das vontades individuais. Na classificação incluí, entre as igrejas que chamo pentecostais, as Assembléias de Deus, a Congregação Cristã no Brasil, O Brasil para Cristo e o Evangelho Quadrangular. Essas igrejas têm como identidade pentecostal o batismo com o Espírito Santo e a glossolalia (MENDONÇA, 2008, p. 142-143).

Apesar de não se intitular como igreja, a CEI apresenta algumas das características defendidas por Mendonça para esta especificação eclesial. Apesar da mobilidade do lugar sagrado, a fixidade no quarto vagão existe há trinta anos, há uma liderança burocraticamente organizada e estabelecida e o corpo de doutrina totalmente extraído do pentecostalismo, dada a quantidade de associados pertencentes às Assembléias de Deus e suas igrejas dissidentes. Por mais que o movimento ‘Cruzada Evangélica Interdenominacional nos Trens das Boas Novas’ não afirme seu ideal pentecostal, nem no

nome e nem em seus estatutos atuais, o imaginário religioso e toda a ética do grupo, na prática, são pentecostais. Ao questionarmos os sujeitos sobre a característica do culto, o expressivo número de 92% dos entrevistados identificou o culto no trem como sendo pentecostal, apesar de a instrução dada pela cartilha de comportamento estabelecer a exigência da não identificação denominacional; os 8% que negaram a pentecostalização do culto o fazem não por pertencimento a igrejas protestantes tradicionais, mas porque afirmam que no espaço urbano do trem ‘os dons do espírito’ devem ser controlados, por causa do espaço secular em que se dão as manifestações cúlticas.

O Culto da CEI é Pentecostal?

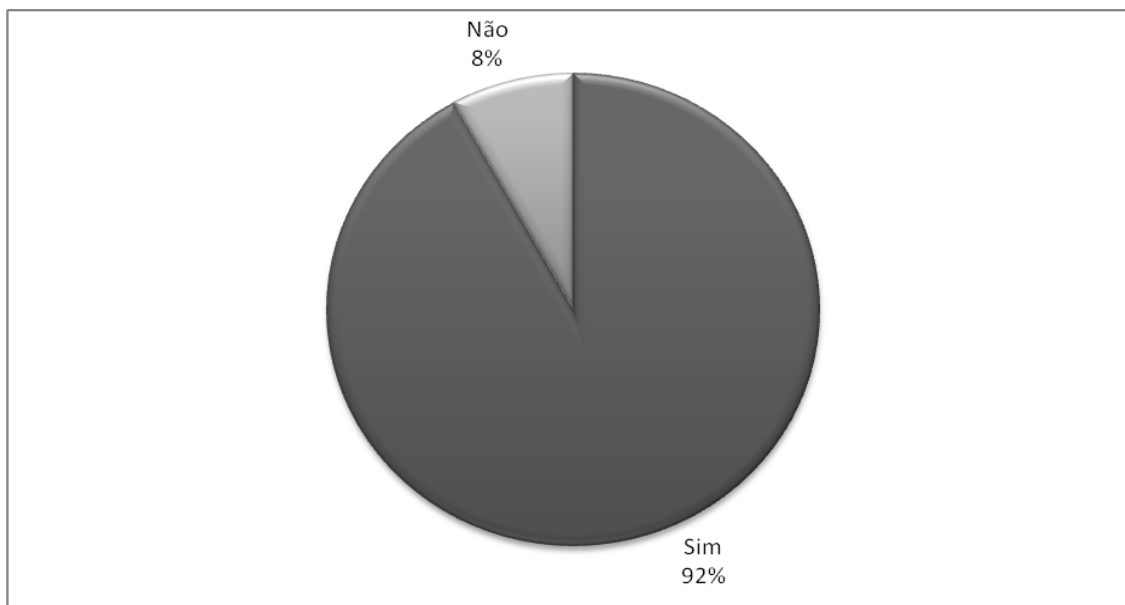


Gráfico 1 – Identificação do culto da CEI

Segundo Mendonça (2008), a identidade pentecostal se dá pela glossolalia e pelo batismo com o Espírito Santo, fatos observados entre os associados nas reuniões e encontros da CEI, entretanto não praticados mais nos trens por causa das orientações da liderança do movimento. Isto confirma a tese desse autor, ao considerar que “a institucionalização e burocratização do carisma, vai aos poucos, substituindo a magia individual” (MENDONÇA, 2008, p. 143). No que se refere à CEI, algumas instruções observadas em seu atual estatuto e em sua cartilha de comportamento podem indicar sua caracterização religiosa, quando afirma:

- *Estar ‘Fundamentada no ideal evangelístico’ (Anexo B2, § 1º);*
- *Realizar ‘Manifestações pacíficas... nas composições de trens em toda a malha ferroviária’ (Anexo B2, § 2º);*
- *Que ‘Seus trabalhos dentro dos vagões não se resumem, apenas, às pregações evangélicas’ (Anexo B2, § 5º);*
- *‘Realizar sua missão dentro de ambientes públicos onde predomina uma grande diversidade de pessoas, sem o comprometimento do direito da liberdade de culto religioso e de expressão, bem como, a não interferência no direito alheio’ (Anexo B1, § 1º);*
- *‘não induzir o ouvinte a seguir a fé professada nessa ou naquela entidade religiosa’ (Anexo B1, § 2º);*
- *Que ‘A Bíblia é lei’ (Anexo B1, § 3º);*
- *‘Sem manifestação de línguas estranhas, sapateados, etc’ (Anexo B1, § 6º).*

A CEI fundamenta sua atuação na prática bíblica e evangelística, porém baseada na adesão de pessoas ao movimento e, posteriormente, ao pentecostalismo, diferentemente de trabalhos de instituições religiosas pentecostais tradicionais em busca de novos adeptos. Aqui a busca é por novos associados, que, após uma constância nos cultos do trem, aderem a determinada instituição religiosa pentecostal, que não deve ser imposta e nem divulgada, mas escolhida pelo novo associado. O respeito àqueles que não se associam, os trabalhadores viajantes, deve ser considerado, mesmo porque disto depende a continuidade do trabalho nos trens – além de sere é assegurado constitucionalmente.

Dada a característica empírica de nossa pesquisa – quando participamos de reuniões formais e informais na casa dos sujeitos ou em momentos de confraternização do grupo – observamos nos cultos e reuniões fora do espaço do trem a glossolalia e o batismo com o Espírito Santo. No culto do trem, presenciamos o fenômeno da glossolalia de forma discreta e controlada, mesmo porque esse espaço urbano e de mobilidade não permite algumas dessas manifestações religiosas, primeiro pelo aperto e condições precárias da viagem e, segundo, pela reação dos trabalhadores não simpatizantes ao movimento. Há também uma indicação estatutária sobre essas práticas pentecostais: “*tal como os cânticos e louvores, assim devem ser as orações, em tom baixo, sem manifestação de línguas*

estranhas, sapateados etc”, o que pode indicar uma racionalização do emocional, logo, um pentecostalismo ‘controlado’. Segundo Mendonça (2008, p. 145), “esse pentecostalismo ‘educado’ parece mostrar o desejo de recuperar traços religiosos perdidos na história do cristianismo, mas preservando a ordem e a hierarquia das igrejas, apesar da hostilidade que com frequência enfrentam”.

O ‘pentecostalismo educado’, referido por Mendonça, intenta, mais exatamente, não a recuperação de algo perdido, mas sim sobreviver num ambiente hostil e não religioso. A hostilidade que enfrentam os associados da CEI – tanto pelos trabalhadores não simpatizantes ao movimento quanto pela força pública da guarda ferroviária, que os considera clandestinos – está ligada à luta do movimento há trinta anos pela permanência e fixidade do lugar religioso num espaço secular. Isso tem gerado conflitos nas relações de poder entre o estado laico e o movimento religioso, numa constante tensão. Entretanto, vale ressaltar que “as igrejas pentecostais, assim como os movimentos carismáticos e de cura divina, têm todas as características de flexibilidade e ajustamento às novas situações” (MENDONÇA, 2008, p. 150).

Dada a característica móvel e adaptável desse movimento religioso, todo o conflito gerado em torno de sua clandestinidade no espaço urbano do trem e a ‘perseguição sofrida pelos evangélicos’ por cultuarem dentro dos trens geram nos sujeitos um ideal profético de luta e conquista pela palavra de Deus. Isso é particularmente estimulado pelo poder hierárquico do movimento, como pudemos observar em reuniões administrativas que tratavam exclusivamente sobre a ‘perseguição’. Os conflitos sociais gerados entre o estado laico e o movimento são visualizados pelos associados e sua liderança como a luta entre o mal e o bem. De um lado Deus apoiando o sofrimento dos ‘perseguidos’ e de outro o diabo, contrariando qualquer vontade de Deus.

Por mais que a CEI apresente características fundamentais de um movimento religioso contemporâneo, ela também apresenta significativos processos organizacionais de fundamentação burocrática. Elementos como registro estatutário e dos costumes do grupo, bem como a hierarquia estabelecida⁹, indicam a organização de uma igreja, enquanto que a associação voluntária dos sujeitos e a luta pela fixidade do lugar sagrado demonstram um

⁹ Há uma organização burocrática fundamentada na figura do presidente, vice-presidente, tesoureiro, advogados e dirigentes dos cultos.

movimento em plena luta pelos direitos religiosos constitucionalmente estabelecidos. A resposta por uma igreja ou por um movimento talvez não represente o elemento fundamental para a compreensão da CEI, mas contribui para a delimitação de um grupo que transita entre essas duas esferas no campo religioso. Ao perguntarmos sobre o caráter eclesial da CEI, 85% de seus associados argumentam que esse movimento é mais que um simples grupo de oração, que canta e ministra a palavra bíblica, afirmam com toda certeza que é uma igreja.

Você Considera a CEI uma Igreja?

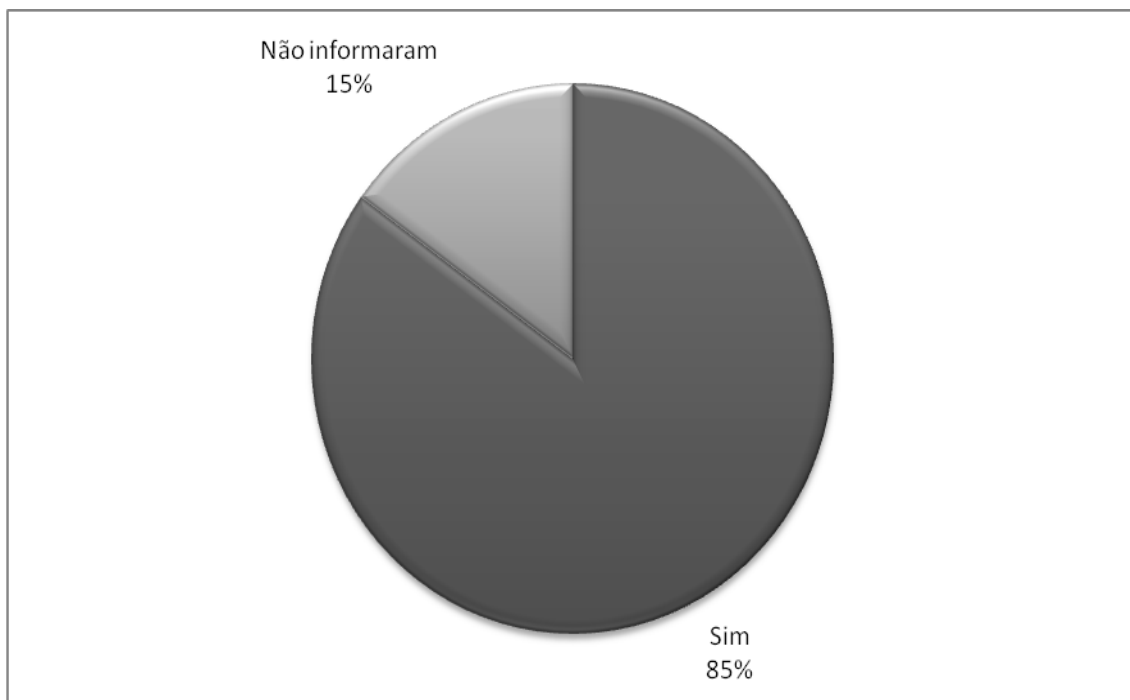


Gráfico 2 – Identificação da CEI como igreja

O expressivo dado pode demonstrar a importância e o reconhecimento que o movimento apresenta em termos organizacionais, apesar de seu distanciamento, no que se refere ao lugar sagrado, das instituições religiosas pentecostais tradicionais, como é o caso das Assembléias de Deus, onde uma parte significativa dos associados da CEI é formada de membros efetivos. No imaginário religioso dos sujeitos a ideia de igreja está diretamente associada à união das pessoas em torno do objetivo sagrado e não simplesmente pela estrutura construída com pedra e cimento para receber os fiéis. Nas entrevistas, quando

perguntávamos sobre os motivos pelos quais seus integrantes enquadravam a CEI na categoria de igreja, a resposta era categórica: “*porque a igreja de Deus somos nós e não aquela construída pelas mãos dos homens*”, argumento baseado nos escritos cristãos.

Cada crente é ‘parte do corpo de Cristo’, ou seja, cada um tem sua função religiosa, ‘Cristo é a cabeça’, a parte mais importante deste corpo. Esse imaginário religioso é tipicamente pentecostal, visto que o corpo tem a função de receber o espírito santo e manifestá-lo a toda criatura. Fazer parte do corpo de Cristo significa mais que associar-se a uma instituição construída com tijolos e cimento, significa fazer parte de um campo muito mais amplo de irmandade, que não se resume à estrutura física igreja. Esta, segundo os integrantes da CEI, é constituída pela associação de crentes com objetivo religioso comum, mesmo que isso seja realizado num ambiente urbano, secular, hostil e não sagrado.

3 O espaço secular como lugar religioso: limites e conflitos para a fixidade do culto religioso

Dentre as características mais marcantes do culto da CEI está sua permanência há trinta anos no quarto vagão dos trens, o que caracteriza popularmente esse espaço como ‘vagão da bênção’ e/ou ‘vagão dos crentes’, dependendo do grau de afinidade dos viajantes com o movimento. No início, os conflitos gerados pela busca da fixidade do lugar se davam entre os evangélicos e os pagodeiros, com o passar do tempo a demarcação dos crentes da CEI no quarto vagão foi tão intensa que esse conflito desapareceu e os ‘pagodeiros’ e ‘maconheiros’ transferiram-se para o último vagão. A fixidade no espaço do trem, desde seu início, legitimou o movimento na execução dos trabalhos religiosos sempre no quarto vagão. Após 2007, com a transição governamental do estado de São Paulo, a troca da administração responsável pelo transporte público e o plano de expansão e modernização dos transportes urbanos, o culto no trem – em qualquer vagão ou estação de trem – foi terminantemente proibido.

A CEI começou a encontrar dificuldades para o desenvolvimento do trabalho religioso nos trens. Os anos de atuação nos vagões e sua organização nesse espaço secular não foram considerados pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do Estado de São Paulo, que vem coibindo essa prática religiosa da mesma forma que os vendedores

ambulantes e os contraventores. Dada a organização e estruturação do movimento no espaço urbano dos trens e a rotina dos cultos que ocorrem diariamente e em vários horários nesses trinta anos de existência, a notícia de que um grupo de evangélicos foi proibido de expressar sua religiosidade nos trens chegou à mídia, não apenas à gospel, como também em jornais de grande circulação como é o caso do ‘Estado de S. Paulo’.

A chamada da notícia ‘Cruzada contra pregadores de trem: grupo de 2 mil evangélicos¹⁰ tenta manter a prática que existe há 28 anos e começou a ser combatida pela CPTM’ é um convite à compreensão do movimento e como se deu seu processo de instalação e organização nos trens de São Paulo, principalmente às pessoas que o desconhecem, como bem destaca o articulista: “Eles formam uma tribo ainda pouco conhecida dos paulistanos donos de carro”. A reportagem de Bruno Paes Manso destaca o tempo de atuação da Cruzada Evangelística nos trens, a perseguição religiosa que vêm sofrendo – são considerados contraventores assim como os drogados e ambulantes – e a tentativa de diálogo com a CPTM. Manso (2008) ainda retrata o conflito instaurado e relata que de um lado a Companhia Paulista de Trens argumenta estar,

Respaldada pelo artigo 40 do regulamento de transportes ferroviários, que proíbe a prática “de atividades que venham a perturbar os usuários”, desde o começo do ano passado os seguranças da empresa iniciaram uma cruzada para tirar do trem evangélicos que insistem em continuar pregando. Juntamente aos usuários de droga e vendedores ambulantes, são o alvo principal dos guardas. “O trem não é local adequado para se fazer pregação”, diz o gerente de Segurança da CPTM, Júlio Antônio Gonçalves.

Por outro lado os evangélicos integrantes da CEI tentam dialogar com a Companhia,

Na semana passada, para tentar sensibilizar os chefes da companhia, um grupo de evangélicos foi recebido na Secretaria do Estado dos Transportes Metropolitanos. Levaram dez boletins de ocorrência denunciando agressões e humilhações nas linhas de trem. “Trata-se de perseguição religiosa. Não queremos brigar com ninguém, mas conversar. Nossos direitos estão sendo violados”, acusa o pastor Marcelo Oliveira Silva, de 34 anos, que prega há 18 anos nos trens e preside a

¹⁰ O número relatado de 2 mil evangélicos não condiz com a realidade que observamos no campo de pesquisa. Quando questionamos a liderança do movimento sobre o número de integrantes declarado na reportagem, a resposta que obtivemos é de que esse número refere-se a todos os crentes que cultuam no trem, incluindo todas as rotas ferroviárias de São Paulo e do Rio de Janeiro. O aumento significativo de integrantes parece legitimar o movimento diante da CPTM numa tentativa de mostrar a representatividade e importância do movimento entre os usuários nesse sistema de transportes urbanos.

Cruzada Evangélica Interdenominacional dos Trens das Boas Novas, entidade que representa o grupo. (MANSO, 2008)

Diante desse impasse, nem mesmo a reunião na Secretaria de Transportes conseguiu conciliar as partes envolvidas. Segundo Manso (2008), a CPTM manterá a postura proibitiva em relação aos cultos evangélicos, fato que indignou o vereador Carlos Bezerra Júnior (PSDB) um dos apoiadores do movimento junto ao estado de São Paulo, que declara veementemente na reportagem: “É uma decisão de burocratas higienistas que demonstram preconceito religioso e social. São pessoas que nunca pisaram na periferia e não sabem o papel desse grupo no dia-a-dia dos mais pobres” (MANSO, 2008). Por diversas vezes, participamos de reuniões que tratavam desse impasse, duas delas realizadas na Câmara de Vereadores de São Paulo, que contou com a presença do Vereador Carlos Bezerra, com a presença de representantes da OAB/SP e representantes da CPTM. Nas reuniões, acompanhadas pelos associados da CEI e sua liderança, todas as partes eram ouvidas, contudo as medidas práticas para a continuidade legal dos cultos nos trens não foram acordadas.

No dia três de julho do ano de 2008, a Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da Ordem dos Advogados do Brasil/SP emitiu um parecer e entendeu que as denúncias apresentadas pelo Pr. Marcelo, presidente da CEI, caracterizavam-se como “perseguição religiosa”, uma vez que o “inciso VI do art. 5º da Constituição da República” garante o direito de liberdade religiosa a todo cidadão brasileiro. Alguns trechos do referido parecer ressaltam ainda as atitudes constrangedoras pelas quais passaram os integrantes da CEI,

Não fosse isso, os próprios funcionários da Companhia Ferroviária não teriam declarado à autoridade policial a ordem superior de “...que por determinação superior, passaram a vistoriar os vagões para combate a usuário de entorpecentes, vendedores ambulantes e evangélicos...” (trecho extraído do BO 415/2008 – destaques meu). A própria expressão “combate” do verbo combater, já é de uso incompatível com qualquer atividade religiosa, pois carrega valores totalmente depreciativos, atrelados, nesse caso, ao sentido de ação bélica ou policial que visa, na linguagem comum, exterminar ou afugentar o inimigo. Ressalta-se que no contexto colocado pelo PM perante a autoridade policial que atendeu a ocorrência – Boletim 415/2008 – o Policial Ferroviário Jefferson relatou a investida “como se os evangélicos fossem colocados no mesmo patamar que os usuários entorpecentes e vendedores ambulantes.” Certo é, que qualquer atividade dentro do transporte público ou em locais da mesma natureza deve respeitar as normas de funcionamento e de conduta, todavia, “os vinte e seis anos de existência desse trabalho” atestam que seus participantes atuam dentro das

regras ali estabelecidas. E mais, pode-se afirmar, diante das notícias trazidas, que referido trabalho religioso possui autorização tácita para ali estar, visto o lapso temporal mencionado de “26 anos” e, como se depreende da documental, agora não é mais permitido, à luz do próprio documento de folhas 05.¹¹


Dentre todos os elementos destacados pelo parecer da OAB/SP, algumas de suas arguições nos chamam a atenção: primeiro, a constatação de que os associados da CEI estão em grau de paridade com os usuários de drogas e contraventores; segundo, o combate ‘militar’ contra os evangélicos nos trens – o que implica na violação do direito à liberdade religiosa individual e terceiro, o reconhecimento de que o trabalho religioso nos trens é realizado há vinte e seis anos¹² e, por sua organização e estruturação, sempre esteve presente diariamente nos vagões, isso por si só já legitima o movimento no ambiente ferroviário para continuidade legal do trabalho religioso.

A insistência pela permanência nos trens demonstra que o movimento só existe em decorrência do lugar sagrado em que se iniciou, fato plenamente demonstrado na própria escolha denominacional do grupo. Apesar de se constituir como um trabalho evangelístico, parece não haver interesse em transferir seus integrantes para um local fixo que se caracterizaria como uma igreja, mesmo porque seus integrantes já são adeptos de igrejas tradicionais. Nesse sentido, a continuidade do culto da CEI nos trens da CPTM e toda a tentativa de permanência nesse espaço secular, têm a ver com a própria origem, desenvolvimento, estruturação e organização do movimento e não com a fundação de uma igreja nos trilhos. Assim como a mídia secular, a mídia gospel tem denunciado esse conflito, conforme podemos observar em uma das revistas mais importantes nesse contexto evangélico,


¹¹ COMISSÃO DE DIREITO E LIBERDADE RELIGIOSA, 2008. Todos os grifos são dos autores.

¹² Segundo os relatos do parecer da OAB, o movimento existe há 26 anos, porém a história oral de seus fundadores contabiliza 30 anos.

Eclésia - A revista evangélica do Brasil Página 1 de 3



eclésia
A revista evangélica do Brasil



A revista evangélica do Brasil

Quem somos | Assine já! | Anuncie | Colunistas | Editorial | Arquivo

- Home
- Edições Anteriores
- Newsletter
- Editorial
- Colunistas
- Assine
- Anuncie
- Fale Conosco

PESQUISAR
Procure matérias em nosso arquivo

Revistas...

Evangelismo

Silêncio forçado

Em São Paulo, evangélicos são proibidos de pregar nos trens

Se a Constituição Federal, em seu artigo 5º Incisos VI e VIII, garante a todo o brasileiro a liberdade de consciência e o livre exercício dos cultos religiosos, parece a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), empresa responsável pelo transporte ferroviário em São Paulo e os evangélicos pregadores que, ao usarem sua malha ferroviária, parecem que não estão falando a mesma língua respeitando o mesmo código. Nos últimos meses, a exemplo do que já aconteceu com vendedores ambulantes, a empresa também tem feito uma marcação cerrada para os pregadores, que se julgam perseguidos e humilhados ao serem retirados das composições. Com isso, uma das mais conhecidas e tradicionais formas de evangelização, pelo menos na capital paulista, parece estar com os dias contados.

O estopim de toda essa discussão aconteceu na estação Engenheiro Goulart da cidade, onde três usuários – José Airton da Silva Santos, Agostinho Ferreira e Hilda Macedo de Oliveira, todos citados na ocorrência interna nº 10904/2009 pela empresa – foram obrigados a desembarcar, por estarem fazendo pregação. Em seu estatuto (NG 005), a CPTM esclarece que qualquer atividade que cause transtorno aos usuários, nas quais está incluída a pregação religiosa, é proibida. Argumenta ainda que tal decisão é fundamentada no Decreto Federal nº 183.04/03/96, que aprovou o Regulamento dos Transportes Ferroviários no país, e a adoção de medidas regulamentares à pregação religiosa no interior dos trens. A CPTM visitou várias igrejas evangélicas para informar sobre essa legislação e esclarecer dúvidas”, garante, ainda, sua assessoria de imprensa.

O evangelista Adelmo Francisco de Lima trabalha como segurança numa loja evangélica em São Paulo e, durante o trajeto de casa para o emprego e vice-versa, aproveita o tempo para suas pregações, consciente de que está salvando muitas almas. Ele afirma que, por diversas vezes, foi vítima de represália por parte dos fiscais das estações: “Já levei muita pancada, cusparada, e tive minha Bíblia rasgada”, o mesmo que não agrada à maioria dos passageiros com seus sermões e discursos inflamados, ele persiste em seu trabalho que considera o cumprimento de sua determinação de Deus. “Os pagodeiros se reúnem na Luz e ninguém fala na pagode, jogar truco, dizer palavrão, tudo isso pode, agora é só começar a falar que alguém já manda calar a boca”, compara. No último dia 2 de dezembro, a CPTM destinou os dois últimos carros da linha Jurubatuba/Osasco para um show de pagode, com diversos músicos, compositores e cantores, em comemoração à Nacional do Samba, com o objetivo de difundir o gênero.

“Houve vezes em que, simplesmente por estar falando sobre a Bíblia no vagão, eu era obrigado a sair de um vagão todo em um cômodo minúsculo, com três ou quatro policiais que me intimam a fazer um interrogatório digno de ser aplicado a um criminoso”, relembra Marcelo Silva, responsável pela Cruzada Evangelística Interdenominacional nos Trens das I

Reportagem publicada na Revista Gospel Eclésia.

Fonte: Eclésia, 2009

Na mesma linha de reportagem que analisamos no ‘Estado de S. Paulo’, a revista Eclésia explica como se dá o conflito entre a CEI e a CPTM no que se refere ao trabalho religioso nos trens. E apesar de se identificar como ‘A revista evangélica do Brasil’ demonstra certa imparcialidade ao relatar os fatos, apesar de apresentar inúmeros depoimentos de integrantes do movimento que contam suas humilhações por optar por esse trabalho, o que soaria, num grupo pentecostal, como ‘testemunhos de fé’. Diante de três depoimentos, dois são de integrantes da CEI e um de um passageiro que não é evangélico,

Mas se nem mesmo Jesus agradou a todos, não seriam os pregadores que iriam conquistar essa proeza. “Conheço muitos evangélicos que respeito, como os meus vizinhos. Mas, todos os dias, voltando do trabalho, assisto à pregação de uma mulher no trem. Ela só fica gritando: ‘Louva a Deus Cristo’ e ‘Louva a Deus Senhor’. Acho uma falta de respeito com os passageiros que não estão dispostos a ouvir. Se eu quisesse um sermão evangélico, iria para uma igreja. Essas pessoas acreditam, piamente, que se você não vai ao templo é porque tem o coração fechado”, comenta um dos passageiros, que pediu para que seu nome não fosse revelado. (ECLÉSIA, [200-.]).

O primeiro parágrafo do depoimento indica certa simpatia e respeito para com o movimento, contudo as próximas frases do passageiro parecem de quem se indigna com a forma de pregar de uma mulher que todos os dias, coincidentemente, está no mesmo vagão que ele. O curioso é que, apesar do incômodo diário, conforme seu relato à Revista Eclésia, ele não troca de vagão, já que os trabalhadores têm conhecimento de que o 4º vagão é o ‘vagão da bênção’. A insatisfação parece misturar-se a simpatia pelo trabalho diário e persistente desses homens e mulheres que pregam no trem. O Jornal da Tarde publicou uma reportagem intitulada ‘Evangélicos Denunciam Perseguição’, aproximadamente um ano antes do Estado de S. Paulo e da Revista Eclésia, ressaltando a perseguição e a violência sofrida pelos evangélicos integrantes da CEI, dentre os depoimentos mais marcantes está o da advogada do movimento, que por diversas vezes compareceu às delegacias de polícia para atender aos integrantes da CEI, detidos pela guarda ferroviária, segundo ela,

No último dia 10, o pastor Moraes e o evangélico Marcelo Oliveira Silva, 33 anos, também foram abordados por policiais ferroviários na Estação Brás quando pregavam a palavra de Deus. Eles foram ao 1º DP (Sé). Moraes contou no distrito que, além do constrangimento, sofreu agressões físicas. O delegado Néelson Aparecido Moraes registrou o boletim de ocorrência de lesão corporal e

constrangimento ilegal. Teresinha afirmou que há meses tenta dialogar com a presidência da CPTM para resolver esse impasse. 'Nós queremos fazer parceria com a companhia. A proposta é deixar dois responsáveis em cada composição para coordenar os trabalhos de evangelização nos trens e até controlar a altura e o tom de voz dos pregadores, para não perturbar os usuários', afirmou. (JORNAL DA TARDE, 2007).

Um cartaz de aproximadamente um metro de altura e 60 cm de largura foi fixado em todos os vagões de trem de todas as composições. Intitulado de 'Disque-Denúncia da CPTM', é um instrumento que autoriza cada passageiro a fiscalizar atos proibidos no interior dos trens. A ligação é gratuita, ou então, o passageiro que se sentir incomodado, pode mandar uma mensagem pelo celular informando a composição em que está ocorrendo a perturbação bem como o vagão. Imediatamente os guardas ferroviários são acionados e verificam a ocorrência na próxima estação que o trem parar. Como não há possibilidades estruturais de implementar guardas em todos os trens e vagões, cada passageiro tornou-se um fiscal voluntário da CPTM por meio do 'Disque-Denúncia'.

Além de 'denunciar' assaltos nas viagens, usuários de entorpecentes e venda de produtos por ambulantes, a denúncia contra evangélicos também é uma realidade. Em depoimentos, verificamos que apenas dois cultos foram delatados pelos usuários incomodados, talvez esse número não seja maior porque os integrantes da CEI são aconselhados a se comportarem conforme a cartilha de comportamento do movimento. Por outro lado há uma relação de simpatia entre os usuários da CPTM e a CEI, por mais que o barulho incomode os passageiros, quem entra no 4º vagão – dentre os usuários – sabe que está no 'vagão dos crentes'. E por mais que os passageiros não professem a mesma ética pentecostal, há uma relação de respeito por parte dos passageiros, além de que este vagão é mais seguro tanto para as mulheres (assédio sexual) quanto para os homens (roubos e brigas).

A tentativa de legitimidade para a continuidade do trabalho religioso, num espaço urbano, tem se dado por meio de impasses nesses últimos três anos. O conflito instaurado entre a CEI e a CPTM demonstra, por um lado, um estado laico que não admite nos espaços não religiosos a pregação religiosa e por outro um movimento religioso que se fixou nos trens durante três décadas, tendo o vagão, mesmo que por apenas algumas horas, como seu espaço sagrado.

Como observamos durante as análises feitas até aqui, há várias instituições e sujeitos envolvidos em torno desse conflito social, contudo vale ressaltar a intervenção midiática que tem contribuído tanto para a constatação da estrutura organizacional da CEI e a busca pela fixidade legítima do lugar sagrado de seu culto, quanto para denunciar a atuação das instituições estatais sobre os sujeitos. Apesar da instituição midiática abordar todos os aspectos do conflito e ouvir todas as partes envolvidas nessa trama de poder, observamos a imparcialidade necessária para demonstrar os fatos, independentemente da mídia gospel ou secular. E de todas as abordagens jornalísticas, um denominador comum se apresenta, a CEI é um movimento organizado, que pratica os cultos diários há trinta anos, e afirma não divulgar nenhuma denominação religiosa tradicional para sua promoção pessoal.

Na verdade, as relações de poder estabelecidas entre a CPTM e a CEI têm contribuído ainda mais para solidificar a organização do movimento, que tem se reunido não apenas para as reuniões diárias nos vagões, para as reuniões mensais do movimento e para confraternização e entrega de cestas básicas, mas, após o conflito, reúnem-se para organizar-se politicamente em defesa da liberdade religiosa. As reuniões administrativas fora dos trens, que até iniciam suas atividades com cânticos e orações, giram em torno dos problemas enfrentados pelo movimento para continuar nos trens e composições da CPTM, sem que isso implique em dano a seus integrantes. Orientações espirituais são dadas, porém não com tanta frequência – nessas reuniões administrativas – as orientações centralizam-se nas orientações jurídicas, em caso de abordagem violenta e como comportar-se religiosamente sem que isso cause constrangimento aos demais passageiros. Há também uma importante discussão em seu Blog, que é utilizado para levantar argumentos significativos sobre a liberdade de crença e o conflito entre os pregadores do trem e a CPTM, quando questiona: *“Será, mesmo, que os usuários sentem-se perturbados? Os cultos acontecem em um vagão, logo, o silêncio é garantido nos demais vagões! A prática mostra que quem se utiliza deste vagão é porque busca ouvir a palavra de Deus, independente da religião!”*

A resistência e a contestação tem sido um dos elementos mais marcantes nessa relação de poder institucional, o que é transferido aos sujeitos-religiosos-trabalhadores que

se sentem apoiados pelo movimento para a continuidade do trabalho nos trens. Além do mais, os sujeitos, parte significativa na organização e manutenção da CEI, misturam a identidade religiosa à contestação social, no sentido de que a inserção política que tiveram nesses três anos de ‘perseguição’ os conscientizaram de seus direitos individuais e religiosos, apesar de toda ética pentecostal de submissão às ‘autoridades da Terra’. A certeza de que a luta política pela permanência nos trens para cultuar a Deus tem característica profética e missionária os impulsiona a dar continuidade ao trabalho; e a certeza de que esse trabalho acumula ‘créditos’ para a outra vida – pela salvação das almas roubadas pelo diabo – é um elemento motivacional importante. O que nos faz perceber que a ‘perseguição contra os evangélicos’ tem contribuído para a institucionalização do movimento.

Conclusão

Mesmo destacados por sua característica religiosa, os cultos no trem acontecem no espaço urbano da grande metrópole, um lugar de grande circulação de pessoas que, antes de ser religioso, é urbano. Nesse sentido, não dá mais para realizar uma análise do contexto urbano com os mesmos métodos de observação utilizados para analisar grupos mais tradicionais, daí a importância de uma análise etnográfica que dê conta das constantes transformações urbanas no contexto contemporâneo e sua influência sobre os sujeitos.

No que se refere à hermenêutica do campo religioso, a etnografia, mais que um recurso, constitui-se numa forma de compreender a experiência cotidiana legitimada pela ação sobrenatural, que tenta explicar a realidade caótica dos sujeitos religiosos, independentemente das crenças individuais e de nossa postura pseudo-cética. O contexto urbano exige novas formas de compreender a sociedade e seus sujeitos, os quais, além e diferentemente dos espaços onde desenvolvem suas experiências religiosas tradicionais, podem (no caso de nosso objeto específico) desenvolver novos significados religiosos individuais e coletivos.

Organizamos o artigo nesse ambiente aparentemente instável, plural e desconexo. Ao mesmo tempo em que observamos o tradicional enquanto elemento necessário à

continuidade do movimento, verificamos a modernidade invadindo a forma de se organizar e de se apresentar num ambiente totalmente secularizado como o trem.

O não-lugar sagrado tornou-se um lugar, pela força que os associados desempenharam para que se originasse o movimento, se desenvolvesse e se estruturasse. Os conflitos experienciados pela CEI na fixidade do lugar sagrado junto a CPTM são elementos que contribuem para o processo burocrático de organização do movimento. A resistência é um dos traços fundamentais a qualquer movimento social em seu processo de institucionalização, pois dá fôlego para a continuidade na contestação social.

Mesmo sendo um movimento de característica pentecostal, considerado pelo senso comum apenas ‘guiado pelo espírito’, sua estrutura e organização têm demonstrado que, além do espírito, ‘tem sido guiado pelas normas burocratizantes’ para legitimação perante o Estado. O sagrado e o profano têm andado juntos nesse processo de institucionalização. Contudo, essa tentativa de organização tem se dado em meio a conflitos: de um lado a CPTM defendendo a laicidade do espaço urbano de onde é representante sob a supervisão do Estado; de outro lado, a CEI – embasada no artigo 5º da Constituição que legisla sobre a liberdade individual de todo cidadão brasileiro – buscando a liberdade religiosa, sustentada pela tradição do movimento, que há trinta anos exerce suas atividades nos vagões de trem sem a interferência estatal e muito menos da CPTM.

E apesar de seus associados considerarem a CEI uma igreja, pelo fato da igreja referida por eles ser um agrupamento de crentes, ela não o é, pelo menos não no sentido estrutural do termo. A CEI é um movimento religioso de característica pentecostal, que, desde o início, apresenta indícios de institucionalização, que vem se confirmando, ultimamente, na luta pela fixidade do lugar sagrado no 4º vagão dos trens da CPTM. Além do mais, a institucionalização do movimento pode ser observada na fixidade do lugar, nos cultos diários com horários fixos, os mesmos associados, os mesmos líderes, a estrutura hierárquica organizada em torno da figura do presidente e seus representantes e nas reuniões burocráticas e religiosas fora dos espaços cúlticos do trem.

As lutas de poder estão presentes no movimento, como em qualquer processo de institucionalização em que o carisma não está mais baseado na figura de um líder carismático, mas na tradição e na tentativa de transformação do poder em dominação

tradicional. As relações sociais de sexo são permeadas pela desigualdade, assim como nas instituições pentecostais tradicionais. As representações de gênero ainda são determinantes no acesso de homens e mulheres aos cargos de poder na CEI, sua relativa independência em relação às instituições pentecostais oficiais não deixou de imprimir em sua estrutura organizacional tais desigualdades.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Trad. Clarisse Meireles & Leneide Duarte. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama & Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. José Carlos Barcellos. 3a ed. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. Trad. Maria Leticia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- COMISSÃO DE DIREITO E LIBERDADE RELIGIOSA. OAB-SP. **Parecer**. São Paulo. 03. jul 2008.
- ECLÉSIA. Disponível em: <http://www.ecclesia.com.br/revistadet1.asp?cod_artigos=624>. Acesso em: 11 dez. 2009.
- ECLÉSIA. Depoimentos. São Paulo, [200-].
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Tradução: João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2008.

JORNAL DA TARDE. Evangélicos Denunciam Perseguição, São Paulo, 19 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.jt.com.br/editorias/2007/08/19/ger-1.94.4.20070819.7.1.xml>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A magia e a ética no pentecostalismo brasileiro. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, Ano XXI, n.33, p.12-26, dez. de 2007.

MANSO, Bruno Paes. Cruzada contra pregadores de trem. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. C3. (Sessão Cidades/Metrópole), 06 jul. 2008.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Protestantes, Pentecostais & Ecumênicos**: o campo religioso e seus personagens. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

MENDOZA, Edgar S.G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, n. 14, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2010. doi: 10.1590/S1517-45222005000200015.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o ‘Espírito do Capitalismo** – edição de Antônio Flávio Pierucci. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília & São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a. (Volume I).

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª edição. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999b. (Volume II).